

PUBLICADO EM
18/03/2016no jornal

LEI Nº 3238/2016

Diais Ofic. Elet. nº 1012.

Súmula: Concede Auxilio Transporte aos estudantes de curso superior e curso técnico e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono esta Lei:

Art. 1º AUTORIZA o Poder Executivo Municipal a conceder o Auxílio Transporte aos estudantes de Curso Superior, Curso Técnico e Curso Profissionalizante, presenciais ou semipresenciais, desde que necessário deslocamento dos mesmos.

- §1º Poderão ser beneficiários do Auxílio Transporte os estudantes residentes no Município de Castro e que precisar:
 - a) Deslocar-se do interior do município para a cidade;
 - b) Deslocar-se do municipio de Castro para o Municipio de Ponta Grossa.
- § 2º O curso técnico deve estar contemplado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (INEP) e o curso superior de que trata este artigo corresponde apenas a cursos de "graduação" e "graduação interdisciplinar".
 - § 3º Ficam impedidos de receber o auxílio de que trata este artigo:
- I os estudantes que mudarem de curso a qualquer tempo por mais de uma vez,
 durante o período em que estiveram beneficiados pela presente lei; e
 - II os alunos que forem reprovados em três ou mais disciplinas no período.
- § 4º Aos estudantes de curso semipresencial poderá ser concedido auxílio transporte proporcional aos dias de aulas semanais em que seja necessário o deslocamento.
- Art. 2º O Auxilio Transporte será concedido somente a residentes e domiciliados no Município de Castro e durante o período de aulas, na forma estabelecida nesta Lei, observados os seguintes critérios:

Praça Pedro Kaled, 22 - Gentro 84.165-540 tel (42) 3906-2000 fax (42) 3906-2008 cnpj: 77.001.311/0001-08 - site: www.castro.pr.gov.br - e-mall: prefeitura@castro.pr.gov.br



- I renda familiar bruta mensal até o limite máximo equivalente a 05(cinco) salários mínimos vigentes em território nacional.
 - II residência no municipio:
- III matrícula no curso declarado na respectiva localidade de Ponta Grossa,
 comprovada através de comprovante de matrícula.
 - IV quitação de tributos com a Fazenda Municipal;
- V no caso de renovação, comprovante de freqüência e de aprovação nas matérias cursadas, e o comprovante de matricula, ressalvado o disposto no inciso III do § 3º do artigo anterior.
- §1º O candidato ao benefício deverá protocolar no setor de protocolo e atendimento ao cidadão da Prefeitura Municipal a Ficha de Inscrição, que estará disponibilizada na da Secretaria Municipal de Educação, no Protocolo da Prefeitura ou no site da Prefeitura Municipal de Castro:
- §2º Devem ser anexados à Ficha de Inscrição, para comprovação do preenchimento dos requisitos contidos nos incisos I a V deste artigo, os seguintes documentos, em original, cópia autenticada, ou cópias simples acompanhadas do original:
 - a) Documento de Identidade e CPF;
 - b) 1 foto 3x4;
 - c) comprovantes de renda dos membros da família ou declaração;
 - d) comprovante de residência;
- e) em caso de residir em imóvel alugado, apresentar cópia do contrato ou do recibo mensal de pagamento;
- f) laudo médico e exames comprobatórios de deficiência física, se for o caso, considerando-se como deficiência, para fins de proteção legal, as definições constantes do Decreto Federal nº 3,298/99.
 - g) comprovante de matrícula no curso declarado;
- h) declaração de aproveitamento escolar comprovando a aprovação e freqüência nas matérias cursadas, expedida pela instituição de ensino a que o estudante estiver matriculado, quando for o caso;
 - i) certidão negativa de débitos municipais;



- j) declaração firmada pelo estudante acerca da veracidade das informações prestadas, com sua ciência sobre as penalidades criminais em caso de falsidade
 - k) comprovante de abertura de conta corrente em nome do estudante.
- §3º Além destes documentos, o beneficiário deverá apresentar nos meses de abril, julho e outubro, o atestado de freqüência às aulas, expedido pela instituição educacional ao qual o aluno esteja vinculado.
- Art. 3º A seleção dos candidatos a serem beneficiados pelo auxilio financeiro de que trata essa Lei deverá ser realizada por uma Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio Transporte, com representantes da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Família e Assistência Social.
- §1º A seleção será estruturada semestralmente, conforme o número de vagas disponíveis, mediante edital de chamamento publico, da seguinte forma:
 - I 1ª ETAPA: Análise dos dados e documentos fornecidos, conforme artigo 2º;
- II 2ª ETAPA: Entrevista Individual com os estudantes, nos casos em que o Serviço
 Social considerar necessário;
- III 3ª ETAPA: Visita Domiciliar, nos casos em que o Serviço Social considerar necessário;
- Art. 4º Os critérios de seleção se darão com base na análise da situação de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos, sendo proporcionado aos alunos o auxíliotransporte durante o periodo do curso, desde que não haja alteração da sua situação financeira, observado ainda o disposto no artigo 8º.
- §1º A análise da situação socioeconômica será realizada semestralmente, inclusive com a possibilidade de realização de novas entrevistas individuais e visitas domiciliares, conforme o Serviço Social considerar necessário.
- §2º A análise da situação socioeconômica deverá considerar os critérios de pontuação constantes do Anexo Único desta Lei, de modo a se classificarem os beneficiários



em grau de necessidade, conferindo-se prioridade no recebimento do auxílio aos estudantes que demonstrarem maior necessidade do auxílio, sem prejuízo do direito dos beneficiários que já estiverem cadastrados no programa, conforme regulamento a ser restabelecido mediante Decreto do Prefeito Municipal.

§3º Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, terá preferência o beneficiário mais idoso; persistindo o empate, a preferência será do beneficiário integrante de núcleo familiar com menor renda per capita; e sorteio.

Art. 5º O resultado será disponibilizado em edital afixado no hall de entrada da Prefeitura de Castro, no site da Prefeitura e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Castro.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento a Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio Transporte poderá apresentar ao estudante os motivos do indeferimento, caso este realize a solicitação por escrito no prazo de até cinco dias úteis após a divulgação do resultado.

- Art. 6º O valor a ser custeado e o número de estudantes beneficiados será definido por decreto, observadas as limitações da Lei Orçamentária Anual.
- §1º O valor correspondente ao benefício será pago diretamente ao beneficiário em 05 (cinco) parcelas por semestre.
- §2º Os valores declinados no caput deste artigo poderão ser revistos pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, após análise das condições orçamentárias e financeiras do Município.
- Art. 7º O auxílio concedido pela presente Lei poderá ser cancelado a qualquer tempo em que se verificarem alterações nas condições aqui estabelecidas aos beneficiários, bem como pelo descumprimento de quaisquer das regras ora estabelecidas, como:



- I repasse do beneficio para tercelros;
- II quando o beneficiário desistir, cancelar ou trancar a matrícula do curso, bem
 como se for reprovado;
- III ficar comprovada a falsidade de documentos apresentados ou a inexatidão de informações prestadas para obtenção do benefício;
 - IV o beneficiário apresentar freqüência escolar inferior a 75%;
 - V mudança de residência para outro Município;
 - VI deixar de cumprir quaisquer dos requisitos dispostos nesta Lei.

Parágrafo único. Sem prejuizo das sanções penais e demais penalidades cabíveis, os beneficiários que gozarem ilicitamente do auxílio serão obrigados a efetuar o ressarcimento integral das importâncias recebidas indevidamente, corrigidas na forma disposta na legislação vigente.

Art. 8º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à revisão do valor do benefício, nas seguintes hipóteses:

I - queda acentuada na arrecadação;

II - aumento significativo das despesas.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 17 de março de 2016.

REINALDAC ROOSO



CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA RECEBIMENTO DO AUXÍLIO TRANSPORTE Peso Descrição Comprovar de 2 a 5 anos de moradia no Município Comprovar mais de 5 anos de moradia no Município Família beneficiária de programa social: Beneficio de Prestação Continuada -BPC ou Bolsa-família Renda Familiar Até um Salário Mínimo Federal Mais de um até dois SM 3 Mais de dois até três SM Mais de três até quatro SM Mais de quatro até cinco SM 0 Acima de cinco SM Estudante portador de deficiência Situação habitacional Residir em imóvel alugado Residir em imóvel financiado Ter mera posse sobre o imóvel em que reside 0 Residir em imóvel próprio Situação de trabalho do estudante 3 Desempregado e/ou estagiário sem remuneração Empregado em meio período e/ou estagiário com remuneração 2 Empregado, aposentado, pensionista ou autônomo Situação educacional do estudante Estudante de escola pública e/ou frequentou escola privada com bolsa integral





	Frequentou escola pública e privada	4	
	Frequentou escola privada com bolsa parcial (30% ou mais de desconto)	3	
		0	
	Frequentou somente escola privada		
8	Grupo familiar		
	É responsável financeiramente pelo grupo familiar	3	
	Possui idosos ou pessoas com deficiência no domicílio	1	
	Candidato com filho (um ponto por filho até o limite de 4)	4	
9	Há outros estudante no domicílio cursando nivel superior?		
9.	Sim	1	
		0	
	Não		
	PONTUAÇÃO MÁXIMA:	29	
	PONTUAÇÃO MAXIMA.		

q